

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A - ETES**

*Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos  
Previamente Acordados para Atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.991/11 e Ofício ANEEL no. 507, Relativo  
ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das  
Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR - Resolução  
ANEEL nº 396/10 -*

Datas-base 31 de dezembro de 2011 e de 2010

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A - ETES**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2011

### Índice

I – Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais regulatório.....	1
Demonstrações do resultado regulatório.....	2
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	3

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A - ETES

## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>4.577</b>	<b>3.060</b>
Caixa e equivalentes de caixa		208	80
Investimento de curto prazo		3.321	1.407
Contas a receber de clientes		867	1.514
Despesas pagas antecipadamente		23	16
Outros ativos		158	43
<b>Não circulante</b>		<b>69.583</b>	<b>70.668</b>
Títulos e valores mobiliários		2.028	1.186
Investimento			
Imobilizado		67.550	69.482
Em serviço		5	-
Em curso	4		
<b>Ativo total</b>		<b>74.160</b>	<b>73.728</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>8.687</b>	<b>6.963</b>
Empréstimos e financiamentos		4.159	3.936
Fornecedores		12	32
Salários, férias e encargos sociais		112	
Tributos e contribuições sociais a recolher		159	1.078
Dividendos a pagar		1.305	1.324
Provisões para litígios		48	-
Outras obrigações		2.892	593
<b>Não circulante</b>		<b>35.026</b>	<b>45.017</b>
Empréstimos e financiamentos		35.026	38.860
Adiantamento de clientes		-	71
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.086
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>30.447</b>	<b>21.748</b>
Capital social		29.064	20.978
Reserva de lucro		1.383	770
<b>Passivo total</b>		<b>74.160</b>	<b>73.728</b>

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A - ETES

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
<b>Receita Operacional</b>			
Receita de transmissão de energia elétrica	5	9.776	10.498
<b>Deduções da Receita Operacional</b>			
PIS		(72)	(174)
Cofins		(335)	(800)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(323)	(263)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(117)	(92)
		<u>(847)</u>	<u>(1.329)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>8.929</b>	<b>9.169</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custo dos Serviços prestados		(1.285)	(1.330)
Depreciação		(1.940)	(1.508)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>5.704</b>	<b>6.331</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(605)	(790)
Pessoal		(349)	(293)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(85)	(95)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.039)</b>	<b>(1.178)</b>
Despesas financeiras		(3.378)	(3.063)
Receitas financeiras		529	1.746
		<u>(2.849)</u>	<u>(1.317)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.816</b>	<b>3.836</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(497)	(1.290)
		<u>(497)</u>	<u>(1.290)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7	<b>1.319</b>	<b>2.546</b>

## 1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 9º andar, Bloco I, sala C, Vila Olímpia cidade de São Paulo – SP CEP: 04548-005 e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007 - ANEEL, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas – Verona e subestação Verona (construção) e Mascarenhas (ampliação) em 230 Kv localizados no Estado do Espírito Santo..

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1171 de 28 de junho de 2011 é de R\$ 11.144 para o ciclo de 2011/2012. Para os ciclos de 2010/2011 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 12.088, para a companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

A RAP conforme Resolução Homologatória nº 1171, foi inferior comparado com o ciclo anterior, devido a apuração de uma PA negativa no valor de R\$ 3.679.344 onde grande parte deste valor está na parte de Rede Básica de Fronteira.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determine a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento a Companhia não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

## 2. Base de Preparação e Apresentação das Informações

### 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedade por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, a exceção dos seguimentos dispostos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- ICPC 01 – Contratos de Concessões (IFRIC 12): Esse pronunciamento estabelece que as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. Nas demonstrações contábeis societárias a Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

## **2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

## **2.3. Práticas contábeis regulatórias – específicas do setor elétrico**

### ▪ Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n° 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009 e 396 de 23 de fevereiro de 2010.

### ▪ Ativo Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL n°. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997, e n° 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL n° 367, de 2 de junho de 2009.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão,

quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

- Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

- Taxas regulamentares

- ✓ Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- ✓ Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### 3. Demonstrações Contábeis Regulatórias

A companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011.

Nota de ajuste	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>15.307</b>	<b>(10.730)</b>	<b>4.577</b>	<b>16.476</b>	<b>(13.416)</b>	<b>3.060</b>
Caixa e equivalentes de caixa	208	-	208	80	-	80
Investimento de curto prazo	3.321	-	3.321	1.407	-	1.407
Contas a receber de clientes	867	-	867	1.514	-	1.514
Despesas pagas antecipadamente	10	-	10	-	16	16
Ativo financeiro da concessão	10.490	(10.490)	-	13.416	(13.416)	-
Outros ativos	411	(240)	171	59	(16)	43
<b>Não circulante</b>	<b>76.595</b>	<b>(7.012)</b>	<b>69.583</b>	<b>66.441</b>	<b>4.226</b>	<b>70.667</b>
Ativo financeiro da concessão	74.546	(74.546)	-	65.247	(65.247)	-
Títulos e valores mobiliários	2.028	-	2.028	1.186	-	1.186
Investimentos						
Imobilizado						
Em serviço	16	67.539	67.555	8	69.473	69.481
Em curso	4	5	(5)	-	-	-
<b>Ativo total</b>	<b>91.902</b>	<b>(17.742)</b>	<b>74.160</b>	<b>82.917</b>	<b>(9.190)</b>	<b>73.727</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>8.684</b>	<b>2</b>	<b>8.686</b>	<b>6.964</b>	<b>(1)</b>	<b>6.963</b>
Empréstimos e financiamentos	4.159	-	4.159	3.936	-	3.936
Fornecedores	12	-	12	32	-	32
Salários, férias e encargos sociais	6	-	6	-	-	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	158	-	158	1.078	-	1.078
Dividendos a pagar	1.305	-	1.305	1.324	-	1.324
Adiantamento de clientes	2.369	-	2.369	-	-	-
Provisões para litígios	47	1	48	45	(45)	-
Outras obrigações	628	1	629	549	44	593
<b>Não circulante</b>	<b>35.566</b>	<b>(540)</b>	<b>35.026</b>	<b>47.939</b>	<b>(2.922)</b>	<b>45.017</b>
Empréstimos e financiamentos	35.026	-	35.026	38.860	-	38.860
Tributos e contribuições sociais diferido	540	(540)	-	2.922	(2.922)	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	71	-	71
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	6.086	-	6.086
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>47.652</b>	<b>(17.204)</b>	<b>30.448</b>	<b>28.014</b>	<b>(6.267)</b>	<b>21.747</b>
Capital social	29.064	-	29.064	20.978	-	20.978
Reserva de lucro	18.588	(17.204)	1.384	7.036	(6.267)	769
<b>Passivo total</b>	<b>91.902</b>	<b>(17.742)</b>	<b>74.160</b>	<b>82.917</b>	<b>(9.190)</b>	<b>73.727</b>

Conta contábil	Descrição	Nota de ajuste	2011			2010		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Receita operacional bruta</b>								
611.02.1.1.03	Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	16.392	(6.616)	9.776	30.163	(19.665)	10.498
<b>Deduções da receita operacional</b>								
611.02.6.1.21	Federais		(407)	-	(407)	(974)	-	(974)
<b>Encargos</b>								
611.02.7.1.31	Reserva Global de Reversão		(323)	-	(323)	(263)	-	(263)
611.02.7.1.35	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(117)	-	(117)	(92)	-	(92)
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>15.545</b>	<b>(6.616)</b>	<b>8.929</b>	<b>28.834</b>	<b>(19.665)</b>	<b>9.169</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>			<b>15.545</b>	<b>(6.616)</b>	<b>8.929</b>	<b>28.834</b>	<b>(19.665)</b>	<b>9.169</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>								
615.02.1.1.01	Pessoal		(349)	-	(349)	(293)	-	(293)
615.02.1.1.02	Administradores		(85)	-	(85)	(95)	-	(95)
615.02.1.1.21	Serviço de Terceiros		(1.740)	-	(1.740)	(1.712)	-	(1.712)
615.02.1.1.11	Material		(21)	-	(21)	(98)	-	(98)
615.02.1.1.91	Arrendamentos e Aluguéis		(68)	-	(68)	(146)	-	(146)
615.02.1.1.93	Tributos		(3)	-	(3)	(50)	-	(50)
615.02.1.1.94	Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	(20)	-	(20)
615.02.1.1.92	Seguros		(34)	-	(34)	(25)	-	(25)
615.02.1.1.99	Custo de Construção		-	-	-	(16.690)	16.690	-
615.04.1.1.91	Provisões - outras		(24)	-	(24)	(68)	-	(68)
615.02.1.1.53	Depreciação		-	(1.939)	(1.939)	122	(1.631)	(1.509)
<b>Resultado da atividade de concessão</b>			<b>13.221</b>	<b>(8.555)</b>	<b>4.666</b>	<b>9.759</b>	<b>(4.606)</b>	<b>5.153</b>
<b>Resultado extraconcessão</b>			<b>13.221</b>	<b>(8.555)</b>	<b>4.666</b>	<b>9.759</b>	<b>(4.606)</b>	<b>5.153</b>
631 (-) 631.06.1.2	Receita financeira		528	-	528	1.746	-	1.746
635 (-) 635.06.1.2	Despesa financeira		(3.378)	-	(3.378)	(3.063)	-	(3.063)
<b>Lucro/prejuízo antes do IR/CSLL</b>			<b>10.371</b>	<b>(8.555)</b>	<b>1.816</b>	<b>8.442</b>	<b>(4.606)</b>	<b>3.836</b>
710.02.1.2.02	Imposto de renda	6	1.216	(1.547)	(331)	(1.944)	999	(945)
710.02.1.2.01	Contribuição social	6	667	(833)	(166)	(926)	581	(345)
<b>Lucro</b>			<b>12.254</b>	<b>(10.935)</b>	<b>1.319</b>	<b>5.572</b>	<b>(3.026)</b>	<b>2.546</b>

#### 4. Ativo Imobilizado e Intangível Regulatório

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Imobilizado em serviço - líquido</b>	<b>67.550</b>	<b>69.482</b>
Intangíveis	922	923
Terrenos	187	186
Edificações, Obras civis e benfeitorias	2.201	2.201
Máquinas e equipamentos	69.133	69.133
Moveis e utensílios	38	29
(-)Depreciação Acumulada	(4.931)	(2.990)
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
Terrenos (intangíveis)	5	-
<b>Total</b>	<b>67.555</b>	<b>69.482</b>

O saldo do imobilizado tangível regulatório, é como segue: esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, por categoria de bem.

Atualmente as taxas de depreciação variam entre 3,33% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,50% e 16,67% para máquinas e equipamentos; e 14,29% e 20,00% para equipamento geral e demais ativos.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, quando aplicável, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Bens vinculados à concessão:

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do imobilizado tangível regulatório e a depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada a seguir:

	Em curso	Em serviço		Total do ativo imobilizado regulatório
	Imobilizado	Imobilizado	Depreciação acumulada	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>7.885</b>	<b>47.895</b>	<b>(1.360)</b>	<b>54.420</b>
Adição	16.577	-	(1.629)	14.948
Baixas	(14)	0	-	(14)
Transferência	-	128	-	128
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>24.448</b>	<b>48.023</b>	<b>(2.989)</b>	<b>69.482</b>
Adição	5	9	(1.941)	(1.927)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>24.453</b>	<b>48.032</b>	<b>(4.930)</b>	<b>67.555</b>

## 5. Receita operacional bruta

Descrição	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	9.776	9.776	-	10.498	10.498
Remuneração do ativo de concessão	13.894	(13.894)	-	10.604	(10.604)	-
Receita de infra-estrutura	-	-	-	16.689	(16.689)	-
Receita de operação	2.498	(2.498)	-	2.870	(2.870)	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>16.392</b>	<b>(6.616)</b>	<b>9.776</b>	<b>30.163</b>	<b>(19.665)</b>	<b>10.498</b>

Os ajustes da receita operacional bruta são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.

## 6. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Corrente:</b>						
Imposto de renda	331	-	331	945	-	945
Contribuição social	166	-	166	345	-	345
	497	-	497	1.290	-	1.290
<b>Diferido:</b>						
Imposto de renda	1.547	(1.547)	-	999	(999)	-
Contribuição social	833	(833)	-	581	(581)	-
	2.380	(2.380)	-	1.580	(1.580)	-
<b>Total</b>	<b>2.877</b>	<b>(2.380)</b>	<b>497</b>	<b>2.870</b>	<b>(1.580)</b>	<b>1.290</b>

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01.

## 7. Lucro líquido

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Lucro líquido (societário)</b>	<b>12.254</b>	<b>5.572</b>
Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	16.392	30.163
Custo de Construção	-	-
Receita financeira	528	1.746
Despesa financeira	(3.378)	(3.063)
Imposto de renda	1.216	(1.944)
Contribuição social	667	(926)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária vs. regulatória	<b>(10.935)</b>	<b>(3.026)</b>
<b>Lucro líquido (Regulatório)</b>	<b>1.319</b>	<b>2.546</b>

Os ajustes do Lucro líquido são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.